

**Património**

**5. Contrato de comodato Edifício Multiusos Santa Tecla.**

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de contrato de comodato entre a Câmara Municipal de Braga e a BragaHabit relativo ao imóvel sito na Rua Nascente Santa Tecla, Braga, Freguesia de S. Vitor, nos termos do n.º 1 do artigo 7.º, artigo 23.º e alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

## PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

**N.º Informação:** 1138

**Data:** 09/01/2024

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
<b>O(a) Vereador(a)</b>	<b>O Presidente, à reunião de Câmara,</b>
Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	<b>O(a) Vice-Presidente, à reunião de Câmara,</b> (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

<b>O(a) Diretor de Departamento</b>	<b>O(a) Diretor(a) Municipal</b>
-------------------------------------	----------------------------------

<b>O(a) Chefe Unidade</b>	<b>O(a) Chefe Divisão</b>
---------------------------	---------------------------

**Assunto: Contrato Comodato Edifício Multiusos Santa Tecla**

**PROPOSTA: Propõe-se que** a Câmara Municipal delibere aprovar o contrato de comodato entre a Câmara Municipal de Braga e a BragaHabit relativo ao imóvel sito na Rua Nascente Santa Tecla, Braga, Freguesia de S. Vitor.

Considerando que a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, constituem atribuições dos municípios e das freguesias, em articulação, nos termos do estabelecido no n.º 1, do artigo 7.º e do artigo 23.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual);

Considerando que compete à câmara municipal “apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças” (cfr. alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais);

Considerando o interesse público subjacente à celebração do presente contrato, alcançado através da criação de um espaço para desenvolvimento de atividades e iniciativas de caráter comunitário dirigidas à comunidade local, contribuindo, assim, para uma resposta às infraestruturas de apoio social do concelho de Braga;

Considerando ainda que a celebração do presente contrato visa assegurar uma gestão e utilização racional dos bens imóveis objeto do presente contrato concretizando a necessária ponderação entre os custos e benefícios.

**Propõe-se que** a Câmara Municipal delibere aprovar o contrato de comodato entre a Câmara Municipal de Braga e a BragaHabit relativo ao imóvel sito na Rua Nascente Santa Tecla, Braga, Freguesia de S. Vitor.

**Anexos:**

1. **Contrato de Comodato Edifício Multiusos Santa Tecla;**
2. **Pedido BragaHabit.**

## **CONTRATO DE COMODATO**

Considerando que a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, constituem atribuições dos municípios e das freguesias, em articulação, nos termos do estabelecido no n.º 1, do artigo 7.º e do artigo 23.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual);

Considerando que compete à câmara municipal “apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças” (cfr. alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais);

Considerando o interesse público subjacente à celebração do presente contrato, alcançado através da criação de um espaço para desenvolvimento de atividades e iniciativas de carácter comunitário dirigidas à comunidade local, contribuindo, assim, para uma resposta às infraestruturas de apoio social do concelho de Braga;

Considerando que a celebração do presente contrato visa assegurar uma gestão e utilização racional do bem imóvel objeto do presente contrato, concretizando a necessária ponderação entre os custos e benefícios;

**Entre:**

**Primeiro Outorgante – Município de Braga**, pessoa coletiva número 506 901 173, com sede na Praça do Município, Braga, neste ato devidamente representado

pelo Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, com poderes para o ato.

e

**Segunda Outorgante: Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.**, pessoa coletiva número 504 537 784, com sede na R. D. Paio Mendes, n.º 51, concelho de Braga, neste ato devidamente representado pelo seu Administrador Executivo Carlos Alberto da Fonte Videira, com poderes para o ato.

Disseram os outorgantes que é de livre e espontânea vontade que reciprocamente celebram o presente contrato de comodato que se rege pelas cláusulas seguintes:

#### **1.ª**

##### **(Objeto)**

1. O Primeiro Outorgante é dono e legítimo possuidor do prédio urbano sito na Rua Nascente, Santa Tecla, Braga, inscrito na matriz urbana sob o artigo P5626, da Freguesia de S. Vitor, identificado como Edifício Multiusos de Santa Tecla.

#### **2.ª**

##### **(Finalidade)**

1. Por este contrato, em regime de comodato, o Primeiro Outorgante entrega ao Segundo Outorgante, e este aceita, o imóvel descrito na cláusula anterior, a título gratuito, para que este realize atividades e iniciativas de cariz comunitário, dirigidas aos moradores do Bairro de Santa Tecla, em articulação com outras entidades.
2. O Segundo Outorgante só poderá utilizar o imóvel objeto do presente comodato para o fim a que o mesmo se destina.

### **3.ª**

#### **(Regime de Utilização)**

1. O Segundo Outorgante só poderá utilizar o imóvel objeto do presente comodato para outro fim, se obtiver previamente a devida autorização, por escrito, do Primeiro Outorgante.
2. O Segundo Outorgante não poderá ceder, por qualquer forma ou negócio, os direitos emergentes do presente contrato, sem autorização expressa do Primeiro Outorgante para o efeito.
3. Finda a vigência do presente contrato, o Segundo Outorgante deverá entregar ao Primeiro Outorgante o imóvel, em bom estado de conservação e utilização.
4. A manutenção do imóvel fechado e/ou degradado e/ou sem utilização por um período superior a um ano, sem qualquer motivo justificativo e atendível, bem como a sua afetação a outro fim, é fundamento para a cessação imediata do contrato por parte do Primeiro Outorgante.

### **4.ª**

#### **(Período de Vigência)**

1. O presente contrato produz efeitos desde a data da sua assinatura e manter-se-á em vigor pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, renovando-se pelo mesmo período, salvo se nenhuma das outorgantes o denunciar.

### **5.ª**

#### **(Encargos)**

Fica expressamente convencionado entre os Outorgantes, que é da exclusiva responsabilidade do Segundo Outorgante o pagamento dos encargos e despesas referentes à administração, conservação e fruição do imóvel, nomeadamente despesas com água, eletricidade, gás e internet, bem como o pagamento do seguro do referido imóvel.

## **6º**

### **(Obras)**

1. O Primeiro Outorgante autoriza, desde já, o Segundo Outorgante a fazer, no local, as obras e benfeitorias necessárias ou convenientes para o fim a que está destinado.

2. As obras e benfeitorias que forem executadas pelo Segundo Outorgante, passarão a fazer parte integrante do prédio e, findo o contrato, pertencerão ao Primeiro Outorgante sem direito a qualquer indemnização ao Segundo Outorgante.

## **7.º**

### **(Obrigações Legais)**

O Segundo Outorgante fica vinculado a todas as obrigações legais que, na qualidade de comodatário, sobre ele impendem, nomeadamente as previstas nos artigos 1135.º e 1136.º, do Código Civil.

## **8.º**

### **(Omissões)**

Em tudo o que este contrato for omissivo ou não regular de modo diverso, aplica-se a lei geral e em especial as disposições do Código Civil relativas ao comodato.

## **9.º**

### **(Foro)**

Para a resolução de todas as questões emergentes do presente contrato, as partes elegem como competente o foro da comarca de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Para constar se lavra o presente contrato, em duplicado, ambos com valor de original, ficando cada Outorgante na posse de um exemplar.

Braga, 19 de dezembro de 2023

**Pelo Município de Braga,**

---

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

**BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga,**

---

(Carlos Alberto da Fonte Videira)